

Glossário Antirracista

História da Disputa

Sesc Florêncio de Abreu





Índice

- Antirracismo, **5**
- Branquitude, **7**
- Consciência negra, **9**
- Diáspora Africana, **11**
- Estética Negra, **13**
- Falsa abolição, **15**
- Genocídio do povo negro, **17**
- Hip hop, **19**
- Interseccionalidade, **21**
- Jongo, capoeira e outras heranças, **23**
- Ketu, Bantu e tantas matrizes, **25**
- Lugar de fala, **27**
- Movimento Negro, **29**
- Negro, Preto, Mulato, **31**
- Oralidade, **33**
- Políticas Afirmativas, **35**
- Quilombagem, **37**
- Racismo Estrutural, **39**
- Sankofa, **41**
- Tráfico Atlântico, **43**
- Unidade pan-africana e internacionalização da luta antirracista, **45**
- Valores e referências afro-brasileiros, **47**
- Xenofobia, **49**
- Zumbi e outras referências, **51**

- Referências bibliográficas, **53**



Antirracismo

Antirracismo

A ideia de raça é uma construção social baseada na premissa de que as pessoas podem (e devem) ser classificadas segundo características físicas, biológicas e culturais. A ideologia do racismo se fortaleceu na formação dos Estados Nacionais, que se utilizaram das categorias raciais e de ideias evolucionistas ligadas a elas para controlar e segregar suas populações. Premissas de superioridade racial e luta pela evolução ideal das espécies foram responsáveis tanto pela escravização de pessoas negras e indígenas no século XVI, quanto pelos campos de concentração nazistas no século XX.

Como podemos perceber, e como veremos em outros verbetes desse glossário, racismo não se trata de episódios isolados praticados por indivíduos, mas sim uma ideologia amplamente utilizada pelos Estados e profundamente enraizada em um país como o Brasil, o último das Américas a abolir a escravidão. Nesse sentido, o antirracismo se mostra uma necessidade. Antirracismo é um termo utilizado já há algumas décadas para marcar a ideologia e conduta que se posicionam contra o racismo.

Referências na luta antirracista, como a filósofa norte-americana Angela Davis, pontuam que “em uma sociedade racista, não basta não ser racista, é necessário ser antirracista”. Isso significa que apenas não reproduzir atitudes racistas não é o suficiente para resolver e superar o racismo em nosso país, sendo necessário assumir uma postura ativamente antirracista, ou seja, colocar-se contra a ideologia racista e fomentar em si e nos outros atitudes que combatam o racismo, como, por exemplo, posicionar-se contra atitudes discriminatórias nos círculos de convivência, combatendo a reprodução dessas práticas; educar-se sobre a história negra, lutando contra a destruição e a inferiorização do legado cultural africano; denunciar o estatuto subordinado do negro e da África; e buscar ações que diminuam o impacto do racismo em nossa sociedade.

The background features a vibrant red color palette with various shades of brown and dark red. Large, organic, rounded shapes in these colors overlap and create a sense of depth and movement. A prominent dark red shape is on the right side, while a large brown shape is on the left. The overall composition is modern and minimalist.

Branquitude

Branquitude

“Lugar de privilégio racial, econômico e político, no qual a racialidade, não nomeada como tal, carregada de valores, de experiências, de identificações afetivas, acaba por definir a sociedade”, assim é definida a branquitude por Cida Bento. A identidade racial branca foi trabalhada criticamente ao longo do século XX por autores como W. E. B. Du Bois, Frantz Fanon e Steve Biko. Partindo destes estudos, torna-se possível pensar o racismo não apenas como a inferiorização dos povos de cor, mas como ferramenta de dominação organizada pela/para a branquitude.

No Brasil, o primeiro autor a articular as relações raciais a partir da racialidade branca foi Guerreiro Ramos. Muitas vezes ocultado no arquivo dos pensadores sociais brasileiros, Ramos escreveu em 1957 sobre a estruturação da identidade racial branca criando o conceito de “patologia social do ‘branco’ brasileiro”. Nas últimas décadas podem ser encontradas contribuições ao tema nos escritos de Lia Vainer Schucman, que analisa a branquitude paulistana; da já citada Cida Bento, em seus estudos sobre branquitude, racismo e poder; e de Lourenço Cardoso, historiador e sociólogo cujos estudos se direcionam ao tema, entre outros.

A branquitude se insere enquanto importante conceito no processo da ação antirracista atual. Buscando refletir sobre a experiência racial branca e sobre o ideal de brancura – características fenotípicas que remetem a uma imaculada ascendência, em geral europeia, e à pele clara – abre-se a possibilidade de transformação dos sentidos atribuídos à própria brancura e, conseqüentemente, à criação de frestas entre a brancura e a branquitude. Um movimento a caminho da demolição de estruturas materiais e simbólicas racistas, que viabilizam o privilégio branco e o genocídio negro.

A negritude não é o oposto de branquitude, posto que é um conceito de crítica e teoria cunhado especialmente por escritores franceses nos anos 30, como Aimé Césaire. Pretendia-se principalmente reivindicar a identidade negra e sua cultura frente à diáspora, tomando a négritude como um patrimônio cultural negro.

Consciência Negra



Consciência Negra

Mesmo antes da escravização em massa de pessoas pelo mercantilismo do séc. XVI, no Ocidente já circulavam ideias racistas, que associavam características culturais e/ou físicas a uma suposta inferioridade racial. Durante os 300 anos de escravidão e ainda nos dias de hoje, as características negras não só são ignoradas ou silenciadas, como são muitas vezes depreciadas e ora negativas ora caricaturizadas.

Em 1971 essa questão não passou despercebida por Bantu Steve Biko, ativista anti-apartheid na África do Sul. Biko foi um dos primeiros a falar em “Consciência Negra”, que, segundo ele, “é, em essência, a percepção pelo homem negro da necessidade de juntar forças com seus irmãos em torno da causa de sua atuação – a negritude de sua pele – e de agir como um grupo, a fim de se libertarem das correntes que os prendem em uma servidão perpétua”. Essa servidão não se referia apenas à escravização do corpo, mas à manutenção de pessoas negras em lugar subalterno na sociedade, sul africana e global. Biko lutava contra o apartheid, política de Estado na África do Sul que segregava pessoas por etnia e mantinha na pobreza a população negra. Além do fim da segregação e espoliação, o movimento lutava pelo reconhecimento da população negra de si mesma, que deveria resistir à desumanização e enxergar em si humanidade, beleza, criatividade etc. Steve Biko pagou caro por isso, sendo preso, torturado, exposto e finalmente morto pelo Estado sul-africano em 1977.

No Brasil, pode-se remontar a consciência negra aos movimentos de pessoas escravizadas por sua liberdade, muitos deles pautados em disputas legais e fundamentados em premissas utilizadas pelos brancos da Colônia, o que demonstrava uma consciência cidadã, como apontou Clóvis de Moura. Em 2011, depois da reivindicação pelo Movimento Negro, a data de 20 de novembro foi tornada Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, incluindo no calendário nacional através da lei uma data antirracista ao lado de 13 de Maio, que revive a memória de luta negra através da resistência de Zumbi e de Palmares, e não através da narrativa oficial da libertação pelo Império.

Diáspora africana



Diáspora africana

Desde a ocupação europeia nas Américas, há mais de 5 séculos, a maioria absoluta das pessoas que chegaram aqui vieram do continente africano. Das 11 milhões de pessoas deslocadas à força para as Américas, o Brasil recebeu a maior quantidade e por maior período de tempo: foram 300 anos alimentando o fluxo da diáspora do povo africano com a chegada de mais de 5 milhões de pessoas.

Diáspora é uma palavra usada para definir a imigração forçada de seres humanos, como aconteceu com o povo judeu desde o século 6 a.c. Já para o povo negro, se refere principalmente ao período de escravização que forçou, através de guerras e destruição de sociedades em África, milhões de pessoas a deixarem suas comunidades, ligações com a terra e relações sociais. No entanto, apesar de serem capturadas e enviadas à força para diferentes partes do globo, essas pessoas levaram consigo seus modos de vida, culturas, práticas religiosas, línguas e formas de organização política, que por sua vez influenciaram na construção das sociedades destino.

Além da influência exercida por suas memórias, crenças e costumes, quando as pessoas escravizadas desembarcavam nos países escravistas eram identificadas pelos traficantes com base nos portos de embarque, nas regiões de procedência ou outras identificações arbitrárias. Nesse rebatismo forçado, surgiram novas configurações identitárias substituindo a nomenclatura original dos povos: Bantus (povos provenientes do centro-sul do continente), Nagôs (povos de língua Yourubá), Minas (provenientes da Costa da Mina), além de chamar Crioulas as pessoas escravizadas nascidos na América e, hoje em dia, Afrodescendentes para filhos e netos.

Esse processo de migração levou também à redefinição identitária de muitas dessas pessoas, uma vez que seus povos, resistindo ao contexto da escravidão, reinventaram práticas e construíram novas formas de viver. Assim, apesar delas, e em resistência às marcas deixadas por todo o processo escravista, a diáspora africana espalhou pelo mundo ciência, religiosidade, tecnologia e arte negras.



Estética Negra

Estética Negra

Existem poucas representações dos povos negros desembarcados no Brasil que não sejam depreciativas ou distorcidas pelo imaginário branco europeu. No entanto, podemos perceber nos desenhos de Debret, por exemplo, a variedade das estéticas adotadas por esses povos, bem como sua atitude de resistência em manter essas características e escolhas mesmo sob a pesada perseguição e preconceito do período escravista. Em África, vários povos e etnias utilizam modificações corporais, penteados, estampas e vestimentas que não só os diferenciam entre si e de outros povos, como também demonstram suas origens e posição social. Além disso, a estética negra se apresenta nos costumes em geral, não só no corpo, mas também em práticas e formas de olhar e construir o mundo, em redes de sociabilidade e formas políticas de resistência à estandardização cultural.

No Brasil, durante a escravidão e ainda hoje, quase dois séculos depois, as estéticas negras são perseguidas e associadas a características perjurativas, como o cabelo black ser sujo ou “feio”, levando pessoas negras inclusive ao desemprego. Ou a associação de pessoas negras - por sua aparência - a práticas ilegais no país ou a ofícios menosprezados: negros são traficantes ou funcionários da limpeza.

Por isso, há vários séculos, o povo negro luta pela autoafirmação de seus cabelos, conhecidos como black power justamente pela ampla adesão do partido dos Panteras Negras e ativistas negros; pelas cores e vivacidade da moda advinda de África; pelo olhar negro nas artes plásticas e tecnologias estéticas. A afirmação da beleza negra é uma forma de incentivar o povo preto a se amar e resistir à desumanização e menosprezo racistas.

Se até o séc. XIX as práticas negras eram proibidas, na virada para o séc. XX começaram a ser reconfiguradas como “elementos nacionais”, promovendo uma integração da estética negra que não se estendeu às pessoas negras, colocando outro desafio à luta, a apropriação cultural: respeito e reverência a elementos da cultura negra desde que apresentados e construídos por pessoas brancas.

Falsa Abolição

Falsa Abolição

O processo de abolição da escravidão no Brasil se iniciou há cerca de dois séculos, o que significa que, em nossa história, o Brasil passou por mais tempo com a escravidão como prática aceita do que o contrário. Apesar da marca oficial do fim da escravidão ser o dia 13 de maio de 1888, data da assinatura da lei que extinguiu legalmente a prática, o processo se iniciou muito tempo antes.

Por um lado, a luta de pessoas escravizadas começou muito antes mesmo de embarcarem para o Brasil, e sua resistência à escravização incluía diversas formas, como o suicídio nos navios negreiros ou nos portos. Fugas em massa, assassinatos de senhores também eram algumas das formas encontradas. A resistência negra, e o medo branco, apenas cresceram com o tempo.

Já no séc. XIX o capitalismo se transformava e exigia novos mercados consumidores (logo nova forma de trabalho assalariado) e novos espaços de extração de matéria-prima. Além disso, o Brasil já era o país com maior contingente negro, o que exigia das autoridades brancas medidas que diminuíssem as chances de revolta racial. Assim, em 1845 foi aprovada - na Inglaterra - a lei que autorizava a marinha a interceptar e destruir embarcações de tráfico. Anos depois, no Brasil, a Lei Eusébio de Queiroz extinguiu a entrada de novas “peças” no país, mas não impedia a escravização ou tráfico interno. Essa lei foi seguida pelo “Ventre Livre”, que tornava livres crianças nascidas de escravos (depois dos 8 anos de idade, trocadas por indenização) e a extinção da escravidão de pessoas maiores de 65 anos, na verdade um alívio de mão de obra imprestável para os senhores.

Apesar da luta abolicionista, os senhores ganharam bastante com o fim da escravidão foram, já que foram indenizados, livrados do medo de revolta e embranqueceram sua força de trabalho nas lavouras. Já pessoas ex-escravizadas não receberam nada do Estado, pelo contrário, foram cada vez mais submetidas a trabalhos degradantes e indesejados pelos brancos, taxados de vagabundas e criminosas e empurradas para periferias do país, condição que se mantém até hoje. Além disso, não é incomum se deparar nas notícias com casos de pessoas mantidas em situação “análoga à escravidão”.

Genocídio do povo negro



Genocídio do povo negro

Em 06 de maio de 2021 a polícia brasileira subiu o morro do Jacarezinho, amparada por uma decisão legal, e assassinou 25 pessoas, sob a justificativa de que eram traficantes e criminosos. Em 2015, também no Rio, a polícia deu mais de 100 tiros em um carro com 5 jovens que iam lanchar. Em 2019, em Paraisópolis, SP, nove jovens foram pisoteados após ação policial na comunidade para encerrar um baile. Em comum, esses e centenas de outros casos cotidianos, têm o fato das vítimas serem em sua maioria absoluta homens negros e jovens, faixa demográfica que mais morre no país.

A normalização dos casos, que incluem além da violência policial a violência de seguranças privados - como em vários casos de violência em supermercados - leva a um fenômeno chamado por muitas organizações de genocídio do povo negro. Genocídio significa “extermínio deliberado, parcial ou total, de uma comunidade, grupo étnico, racial ou religioso”. Nesse sentido, diz-se que há um genocídio do povo negro em curso em função do racismo institucional que vê pessoas pretas como criminosas, indesejadas e passíveis da punição com a morte. É justificativa comum em casos de violência estatal e privada dizer que as pessoas negras assassinadas eram traficantes, ladrões e criminosos em geral. No entanto, mesmo quando é esse o caso (o que não se pode dizer de Agatha, 8 anos, ou Marcos Vinicius, 14, morto pela polícia indo para a escola), a pena de morte só é aplicada no Brasil, sem julgamento, quando a pessoa em questão é negra.

A indiferença estatal, a normalização pela sociedade e a busca imediata de justificativas fazem parte deste processo político do genocídio negro em curso. Desde a escravização, a morte de pessoas negras por parte de senhores não era punida, nem considerada grave. Também era comum exterminar pessoas escravizadas que de alguma forma incomodassem a ordem vigente. Por fim, o projeto de embranquecimento da sociedade, colocado em curso desde o séc. XIX, demonstra quão longe em nossa história está inscrito o assassinato em massa de pessoas negras.

Hip Hop



Hip Hop

O Hip Hop é uma das mais famosas contribuições culturais do povo negro, espalhado por todos os continentes, fruto da diáspora africana. Hip significa desde o séc. XIX algo “do momento”, “da moda”, e hop é um movimento de salto das danças negras. O nome faz referência não só aos elementos da cultura urbana, como também à sua atualidade, dos anos 70 quando surgiu até hoje.

Desde seu surgimento, o Hip Hop está ligado também à criatividade negra para superar os obstáculos do racismo. Esta cultura surgiu nos subúrbios de Nova Iorque, onde viviam juntas famílias caribenhas, africanas e latinas. Diante da gentrificação do Harlem, bairro de maioria pobre, DJ Kool e sua irmã Cindy organizaram as primeiras festas com os elementos que viriam a ser a base do Hip Hop. Desde os primórdios, essas festas se converteram em maneira de arrecadar fundos para a comunidade e diminuir a violência entre gangues, o que deu origem às diversas batalhas que constituem o movimento Hip Hop.

O Hip Hop foi definido por Afrika Bambaataa através de pilares de intensa demonstração de habilidade: o break, o rap, o DJ e o Grafite. O primeiro é constituído por diversos movimentos de dança, dos mais lentos e sincronizados aos rápidos e complexos; o segundo é um acrônimo em inglês para Ritmo e Poesia, a música e lírica do movimento; o terceiro, que junto a MCs compõe também o Rap, os Disc-jóqueis, responsáveis pela construção sonora, e o quarto trata da expressão plástica do movimento, através de diversos estilos dos desenhos exibidos em muros e mobiliário urbano.

No Brasil, seu berço fica na região central de São Paulo, entre a rua 24 de Maio e o Largo São Bento. Tal qual nos Estados Unidos, aqui o Hip Hop ocupa importante espaço na formação cultural de jovens periféricos e imigrantes desde os anos 80, inclusive contribuindo com referências na cultura Hip Hop para além do país, como Nelson Triunfo, que em 1980 dançava na 24 de Maio com cabelo black e passos de frevo, passando pelos Os Gemeos, grafiteiros reconhecidos mundialmente, até os Racionais Mcs, que através de suas letras educaram, acalmaram, divertiram e salvaram centenas de pessoas pelas periferias da cidade.

The background features a dark red field with a diagonal cut from the top-left to the bottom-right. A horizontal bar in a lighter red shade is positioned at the top. The text 'Interseccionalidade' is rendered in a bold, white, sans-serif font, split across two lines. Below the text, there are two vertical bars composed of three segments each: a light red segment on the left, a bright red segment in the middle, and a dark red segment on the right. The overall aesthetic is modern and graphic.

Interseccionalidade

Interseccionalidade

Alguns termos ganharam bastante visibilidade nos debates acerca de raça nos últimos anos no Brasil. Diversos fatores provocaram o aumento da consciência racial e espaço para o debate público, e muitos termos foram traduzidos ou estabelecidos para ajudar nessa questão, ao mesmo tempo, muitas vezes os termos são mal utilizados ou interpretados. É o caso do complicado já na escrita conceito de Interseccionalidade. Como a palavra sugere, o conceito baseia-se na intersecção de categorias para refletir sobre as estruturas sociais.

Esse conceito foi estabelecido no final da década de 80 pela advogada e filósofa Kimberlé Crenshaw, que buscava sistematizar as lentes pelas quais refletir as consequências estruturais e as dinâmicas de interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ou seja: considerando-se que exista em uma sociedade capitalista racista, por exemplo, diferentes formas de opressão e espoliação, como podemos pensar sobre as experiências de alguém que se encaixa em mais de uma categoria? Sabemos que os homens em nossa sociedade sofrem menos assédio que as mulheres, e para eles as ruas são mais seguras. No entanto, também sabemos que homens negros são o maior alvo da violência policial. Como articular essas duas realidades? Através do conceito de Interseccionalidade, que reflete sobre as áreas de intersecção entre as diferentes formas de opressão em uma sociedade.

Nascido a partir da reflexão sobre a insuficiência das categorias estanques de racismo e machismo, a metodologia da intersecção atenta especialmente às categorias de gênero e raça, o que nos coloca a questão sobre a relação entre violências estruturais como o racismo e o machismo.

Jongo, capoeira e outras heranças



Jongo, capoeira e outras heranças

No emaranhado de nações e grupos étnicos da diáspora africana é possível pensar num legado de filosofias, sons, crenças e cosmologias africanas importadas e recriadas no Brasil. Podemos observar, por exemplo, o carnaval, os batuques, o jongo e os ritmos negros, parte fundamental da cultura americana. Algumas dessas heranças estão profundamente inscritas no que se entende por Brasil, dentro e fora do país.

O jongo, também chamado de caxambu, influenciou o samba nacional a partir do Rio de Janeiro e foi trazido por bantus (pessoas trazidas de Congo/Angola) para o Brasil durante o período da escravização, se consolidando através de pessoas escravizadas que trabalhavam nas lavouras de café e cana-de-açúcar no sudeste brasileiro. Esta é uma dança profana, mas permeada pelo sentido religioso e de ligação com a ancestralidade. Tocam-se três tambores que dão o ritmo a pares que dançam a umbigada, enquanto são cantados pontos curtos, uma forma de comunicação desenvolvida no contexto da escravidão e que serviu como estratégia de sobrevivência e de circulação de informações codificadas entre escravizados por meio de pontos que capatazes e senhores não conseguiam compreender. Da mesma forma, a capoeira, surgida entre os séc. XVIII e XIX, principalmente em espaços urbanos, mesclava características de luta, esporte, dança, jogo, musicalidade, malícia - também se utilizando de códigos e estratégias de resistência - e filosofia de vida. Ambos eram marginalizados e perseguidos, ao mesmo tempo que potências criadoras, fortalecendo vínculos de grupo e sentimentos de identidade em um momento de repressão e espoliação escravista.

Essa é uma característica das heranças culturais da diáspora africana: tanto quanto foram potentes na criação e manutenção da comunidade, práticas culturais negras foram criminalizadas e marginalizadas pelo Estado: foi assim com o jongo e a capoeira, foi assim com o samba, é assim com o funk. Ao mesmo tempo, parece ser inversamente proporcional a capacidade dessas heranças se reinventarem e criarem futuros possíveis.

Ketu, Bantu e tantas matrizes



Ketu, Bantu e tantas matrizes

Ketu estava localizado entre os estados rivais de Oyó e Daomé, e foi alvo de guerra desse último no séc. XVIII, sendo vencido um século depois. A história desse antigo Estado Yourubá está ligada diretamente ao Brasil através de várias casas de candomblé, surgidas principalmente na Bahia, mas é nação do Candomblé mais conhecida no país. Os Yourubás são apenas um dos muitos grupos trazidos ao Brasil durante a diáspora, como os Balantas, Manjacos, Bijagós, Mandingas, Jejes e Haussás, provenientes do que hoje são Angola, Benin, Senegal, Nigéria, Moçambique e outros Estados africanos. Da mesma forma, são muitas as casas e influências no Candomblé, sendo as mais presentes no Brasil as de matrizes Ketu, Bantu e Jeje. Essas matrizes são também chamadas nações, não por suas fronteiras políticas, muitas inexistentes na época, mas justamente pelo agrupamento de povos vindos de uma mesma região.

O Candomblé é uma profissão de fé matriarcal considerada afro-brasileira, pois se origina em práticas africanas mas carrega traços regionalizados, seja por necessidade de sobrevivência de pessoas escravizadas, seja por adaptação à nova realidade. Na Bahia, por exemplo, o Candomblé se organiza em plena vigência do movimento político de Haussás-Malês, e nesse sentido é possível que tenham se aliado à fé católica como forma de salvaguarda.

Mais abraçadora, pois nascida no pós-escravidão a partir de crenças africanas, católicas e espíritas, a Umbanda carrega em suas crenças fortes características da compreensão espiritual da opressão, já que crê em entidades que representam grupos historicamente oprimidos em nossa sociedade: indígenas, ex-escravizados, mulheres e crianças.

Mesmo enfrentando cenários de intolerância religiosa desde sua organização no país, as crenças e cosmovisões de matrizes africanas seguem vivas em costumes brasileiros que muitas vezes sequer são associados a essas matrizes, tamanha a assimilação. Da mesma forma, apesar dos preconceitos do senso comum que as relacionam a bruxaria ou práticas associadas ao “mal”, as crenças africanas em geral acreditam na presença da vida em todas as coisas e na vivência pacífica em comunidade.

Lugar de Fala

The background features a complex arrangement of geometric shapes in various shades of red and dark red. A large, light red triangle is positioned in the upper right corner. Below it, a dark red triangle points downwards. The lower half of the image is dominated by several vertical rectangular bars of different heights and shades, some of which are partially obscured by other shapes, creating a layered, architectural effect.

Lugar de Fala

Mais um dos conceitos que muito aparecem mas nem sempre são compreendidos, o tal do “lugar de fala” ocupou amplamente as discussões na internet brasileira e gerou memes e debates. Erroneamente compreendido como restrição do direito universal à expressão, a consciência do lugar de fala nada mais é que a compreensão do lugar social que se ocupa ao abordar diferentes questões sociais. Desde meados do séc. XX o movimento de pessoas deficientes ao redor do mundo reclama “nada sobre nós sem nós”, uma boa forma de começar a pensar o lugar de fala. Já a filósofa indiana Gayatri Spivak, estabelece bem o conceito quando escreve uma crítica aos estudos feitos em nome das pessoas “subalternizadas”, ou seja, colocadas em posição inferior na sociedade, sem que, no entanto, essas pessoas sejam de fato ouvidas.

Muitas vezes, são publicadas reportagens e estudos que falam sobre como mulheres e/ou pessoas negras não ocupam lugares na academia ou no mercado de trabalho. No entanto, essas mesmas reportagens e estudos, bem como os jornais e universidades onde foram feitos, não empregam professoras nem jornalistas negros, ou para realizar suas pesquisas trataram as pessoas negras como objetos, não como sujeitos. Dessa forma, quem acaba falando pelas pessoas subalternizadas não são elas mesmas, mas sempre as mesmas pessoas que detém os lugares públicos e privilegiados de fala, ainda que na melhor das intenções.

Nesse sentido, reconhecer o lugar de fala não é não deixar essas pessoas falarem, ou privilegiar apenas às ditas minorias, mas sim compreender o lugar a partir do qual se fala e refletir sobre sua experiência e conhecimento sobre o assunto. O que se pretende com esse conceito não é seguir privilegiando apenas alguns pontos de vista, lugares de fala, mas sim compreender que todo mundo tem lugar de fala, o que muda é justamente o lugar a partir de onde se fala. Assim, compreende-se também, por exemplo, que o racismo não é um problema apenas de pessoas negras, mas também e principalmente de pessoas brancas.

Movimento Negro



Movimento Negro

Naturalmente, a organização política de pessoas negras no Brasil data ainda do período escravista, mesmo em espaços onde aparentemente não havia organização política, como nas casas de candomblé ou nas rodas de jongo. Durante a colônia e império, também foram registradas diversas revoltas e levantes organizados e com participação negra, o que mostra uma consciência e ação política que data de muito tempo no Brasil.

Nas décadas finais da escravidão e primeiras décadas da república surgiram diversos jornais da imprensa negra, responsáveis não só por campanha abolicionista como pelo fortalecimento identitário, além de denunciar as violências estatais a pessoas negras mas também a pessoas pobres em geral. Na década de 20 muitos negros militares se organizavam contra os abusos da corporação, em famosas revoltas como o Tenentismo. Em 1931 foi fundada a Frente Negra Brasileira, seguida na década de 40 pela União dos Homens de Cor, primeiras organizações ativistas negras, desmobilizadas na Era Vargas. Durante esse período, até os anos iniciais da ditadura empresarial-militar, a resistência política negra se organizou principalmente através das artes, espaço menos vigiados e com maior possibilidade de criação, como no Teatro Experimental do Negro.

No final dos anos 50 e início dos anos 60 o movimento pelos Direitos Civis nos EUA e as lutas pela independência em países africanos mobilizaram a negritude brasileira, que organizou passeatas e fortaleceu iniciativas em plena ditadura militar, culminando em 1978 na fundação do Movimento Negro Unificado, proposta de organização do ativismo negro em grande escala.

No aniversário de morte de Zumbi dos Palmares, em 1995, a Marcha Zumbi, denunciando a falta de políticas públicas para a população negra, reuniu mais de 30 mil pessoas em Brasília. Desde 2003, em 20 de Novembro é realizada em diversas cidades do país a Marcha da Consciência Negra, e hoje o movimento negro conta com centenas de coletivos e organizações com os mais diversos enfoques na luta antirracista.

Negro, Preto, Mulato



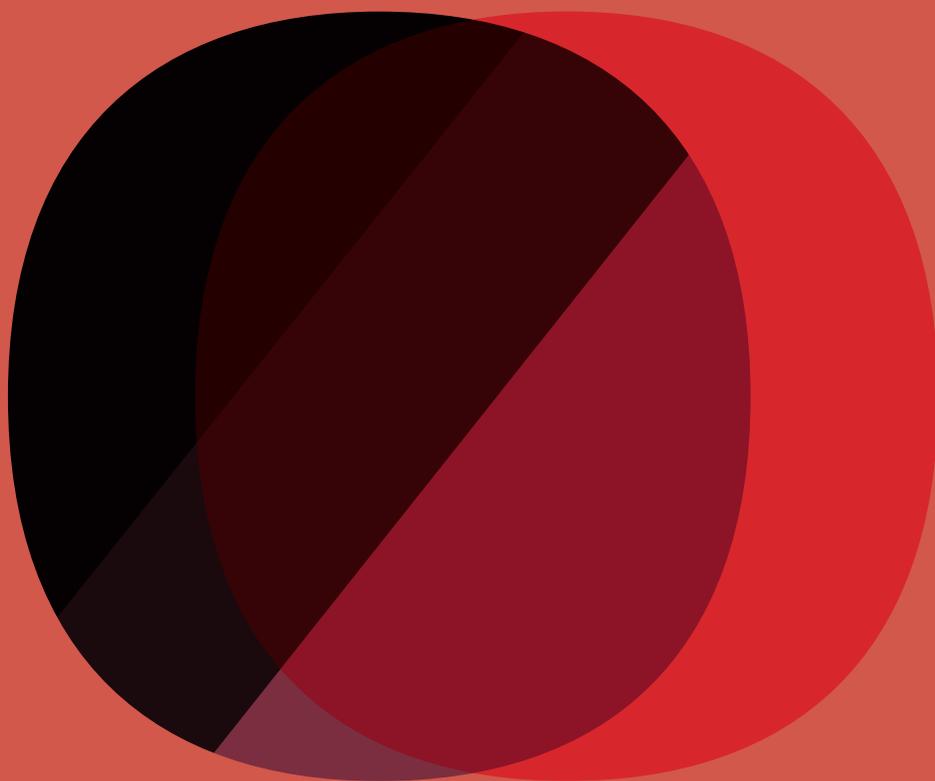
Negro, Preto, Mulato

As categorias oficiais utilizadas atualmente no Brasil no que se refere à classificação racial pelo IBGE são: Branco, Preto, Pardo, Indígena e Amarelo. No entanto, nem sempre foi assim: longe de serem meramente técnicas ou descritivas, tais categorias de classificação são baseadas em embates históricos e políticos – desde a teoria de eugenia à pressão dos movimentos negros. Tais critérios são forjados de diferentes formas a partir de seu contexto. No caso do Brasil, entende-se que a questão racial não remete propriamente à origem – como seria o caso dos EUA, por exemplo –, mas ao fenótipo, à cor de pele. Em escala regional também temos importantes distinções quanto às categorias raciais de uso corrente e seus sentidos.

Há um longo histórico de sobreposição de estruturas racistas que complexifica o processo de auto-identificação racial no Brasil. Por um lado, encontramos um histórico violento de miscigenação; por outro, temos o mito da democracia racial, que alimenta uma ideia de branqueamento ao longo do século XX e fortalece a recusa de parte da população a identificar-se como negro e, sobretudo, como preto, termos associados a todo tipo de perjúrio ao longo de cinco séculos de racismo. No entanto, se, de um ponto de vista antropológico, a população parece identificar-se racialmente com um múltiplo espectro de classificações possíveis entre o preto e o branco, como mulato, moreno..., setores do movimento negro passaram a reivindicar a partir dos anos 1970 como negros o conjunto de pretos e pardos.

Com base em estudos que evidenciavam suas similitudes socioeconômicas, como Lugar de Negro (1982), realizado por Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg, se forja a possibilidade do agrupamento da população afrodescendente brasileira na categoria negro. Seu uso, hoje amplo em estudos técnicos e institucionais, buscou ao mesmo tempo a aglutinação de semelhantes em torno de reivindicações comuns, quanto uma via de valorização da população afrodescendente.

Oralidade

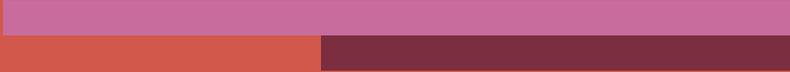


Oralidade

Hampaté-Bá, filósofo e etnólogo malinês afirma que “nenhuma tentativa de penetrar a história e o espírito dos povos africanos terá validade a menos que se apóie nessa herança de conhecimentos de toda espécie, pacientemente transmitidos de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos. Essa herança ainda não se perdeu e reside na memória da última geração de grandes depositários, de quem se pode dizer são a memória viva da África.” Também é ele quem diz que cada ancião africano que morre é uma biblioteca que se queima. Hampaté-Bá chama a atenção para a importância da oralidade para a cultura africana em geral.

É através da fala, “dom de Deus” como diz Hampaté-Bá, ação realizada com o corpo, que se passam conhecimentos através de gerações. Nesse sentido, a palavra não tem apenas as características fonológicas, mas também mágicas em sua intencionalidade, sentidos, compromissos e conhecimentos empenhados etc., forma única de preservar e passar adiante a tradição. É na oralidade onde reside a sabedoria dos mitos, moldados ao longo dos anos para serem reconhecidos e repassados, também a importância dos conselhos, em muitos povos de África fundamentais para um bom governo, ora emitidos pelos tios e tias, ora pelas mães e pais, ora pelos anciões, ou mesmo nos griots, figuras da África Ocidental cujo dom e ofício era justamente preservar e carregar conhecimentos, canções e mitos do seu povo em canções, poemas e narrativas orais que carregavam todo o conhecimento necessário para um príncipe ou um cidadão.

Enquanto outros povos basearam suas tradições, histórias e aprendizados na escrita, África preocupou-se em conservar essas mesmas tradições na voz e suas especificidades. Isso trouxe desafios e preconceitos, muitas vezes qualificando o continente como “sem história” ou “atrasado”, mas junto dos desafios impostos pela oralidade também se somam detalhes às vezes nem tão pequenos que escapam à escrita e suas regras.



Políticas Afirmativas



Políticas Afirmativas

São chamadas políticas afirmativas as iniciativas legais de alocação de recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados, objetivando combater e compensar os impactos da discriminação. A diferença de políticas afirmativas para políticas antidiscriminatórias é que essas últimas buscam apenas reprimir condutas de discriminação, enquanto políticas afirmativas funcionam tanto como uma prevenção quanto como uma reparação de seus efeitos.

As ações afirmativas são voltadas a indivíduos historicamente discriminados, relacionando-se à resolução da dívida histórica, ou seja, buscando a reparação de questões sociais advindas, por exemplo, da escravidão. Considerando-se que por séculos pessoas negras foram separadas de sua terra de maneira forçada, escravizadas, separadas de suas famílias, tiveram seu trabalho espoliado e suas características físicas e culturais inferiorizadas, é necessário para alcançar uma real reparação desses danos não só interromper a escravização como sanar suas consequências em todos os níveis. Isso não significa dar algum tipo de vantagem para grupos discriminados, pelo contrário, visa diminuir as desvantagens acumuladas em séculos. Nesse sentido, foram criadas diversas ações afirmativas no Brasil em níveis municipal, estadual e federal, mas ainda são necessárias muitas mais, além da defesa das políticas já conquistadas.

As cotas, por exemplo, tentam garantir que pessoas negras, estatisticamente com menor acesso à educação em todos os níveis escolares, além de preteridas pelo racismo, tenham a possibilidade de ser avaliadas em igualdade de condições a uma pessoa que nunca sofreu nenhum tipo de racismo. As cotas aumentaram, em 15 anos de existência, em quatro vezes as chances de uma pessoa negra ter diploma no Brasil. Mesmo assim, o percentual de pessoas negras que concluíram o estudo superior é de menos de 10%, e as cotas são constantemente ameaçadas de cortes e fraudadas.

Quilombagem

The image features a dark background with several overlapping geometric shapes. A large, light purple circle is positioned in the lower-left quadrant. Overlapping its right side is a smaller, dark red circle. A bright red diagonal bar cuts across the dark red circle from the bottom-left to the top-right. In the upper-right area, a dark red diagonal bar extends from the top edge towards the center. The word "Quilombagem" is written in a bold, white, sans-serif font across the top of the image.

Quilombagem

Quilombo é um conceito bantu, que no Brasil adquiriu o sentido, inclusive jurídico durante a colônia, de agrupamento de 5 ou mais pessoas negras fugidas. Um documento do séc. XVIII definia quilombo como “toda a habitação de negros fugidos que passem de vivo em toda parte creditícia, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”. Ao longo dos anos, e variando em regiões, os quilombos foram nutridos na cultura e referenciados, seja no nordeste do Brasil como sinônimo de grande confusão ou festa de rua, seja no sul da América Latina como lugar público. Segundo Beatriz Nascimento, Nagôs também se utilizaram desse que, mais que um conceito, é uma prática de guerreiros, significando acampamento guerreiro na floresta.

No Brasil a prática encontrou lugar durante todo o período escravista, desgastando de forma contínua e definitiva o colonialismo e o escravismo. Também no país teve lugar a experiência quilombola de maior sucesso: o Quilombo de Palmares teve quase cem anos de história de experiência bem-sucedida de autogoverno independente de negros nas Américas. Isso demonstra, como afirma Clóvis Moura, que a quilombagem “influiu poderosamente no esfacelamento das estruturas econômicas e proporcionou a consciência étnica do negro até nossos dias.”

Os quilombos representavam uma expressão radical frente ao escravismo, constituindo sistemas sociais alternativos. O sucesso desses sistemas era um dos maiores medos da metrópole, vez que poderiam significar não só o fim da escravidão como o fim da forma de governo monárquico.

Nesse sentido, a quilombagem segue entre o povo preto até os dias atuais, pois transcende o período escravista e chega até os dias de hoje como movimento social de reivindicação coletiva e radical da liberdade negra.

Racismo Estrutural



Racismo Estrutural

Para se combater o racismo é preciso compreender um importante traço de sua disseminação na sociedade. Diz-se Racismo estrutural a compreensão de que não são os indivíduos que reproduzem o racismo, se não o racismo, institucionalizado, que produz os indivíduos. Posto que a escravidão no Brasil durou trezentos anos, e suas consequências são sofridas até os dias atuais, está posto também que se mantiveram concepções culturais e, mais importante, mecanismos estruturais que mesmo quando não são deliberadamente racistas reproduzem lógicas herdadas do escravismo e sua ideologia. Isso significa dizer que a sociedade ainda hoje está estruturada sobre práticas racistas, que seguem inferiorizando pessoas negras.

É o racismo presente nas estruturas sociais que normaliza a violência policial contra pessoas negras, pois não só as origens da polícia militar se confundem com a necessidade de reprimir escravizados e ex-escravizados como a polícia até hoje é treinada para suspeitar de jovens negros. Também é o racismo presente nas estruturas sociais que permite que mulheres negras tenham menos acesso à saúde e até mesmo a analgésicos, baseando-se na crença de que são mais fortes, desumanizando-as tal qual era feito na colônia que as escravizava.

Da mesma forma, as estruturas sociais e econômicas se beneficiam da inferiorização negra, já que garante um contingente para funções subalternas. Assim, não são pessoas isoladas que manifestam ou criam práticas racistas, mas a sociedade já está estruturada sobre bases racistas de tal forma que a questão é coletiva e de conduta geral, necessitando uma transformação mais profunda que apenas a punição individual.

Sankofa



Sankofa

Adinkras são símbolos gráficos que constituem uma arte nacional em Gana. Esses ideogramas possuem significado complexo, preenchido por sabedoria ancestral, tradição, fábulas e oralidade que traduzem preceitos filosóficos. Um destes Adinkras, bastante estudado por Abdias Nascimento por sua filosofia, é o Sankofa.

Sankofa é representado pelo ideograma de um pássaro com a cabeça voltada para a cauda, e significa algo como “voltar e apanhar de novo aquilo que ficou pra trás”. Importante notar que apanhar, pegar algo, é parte do ensinamento, que não convida apenas à contemplação passiva do passado, mas à ativa apreensão de elementos dele. Seu ensinamento baseia-se na sabedoria de olhar e aprender com o passado para construir o presente e o futuro. Como cita Abdias Nascimento, Sankofa significa, “em outras palavras, volte às suas raízes e construa sobre elas para o desenvolvimento, o progresso e a prosperidade de sua comunidade em todos os aspectos da realização humana”.

O Adinkra e a importância atribuída a ele por Abdias representam a relevância dessa filosofia para o povo Akan da África Ocidental e tantos outros povos africanos e afrodescendentes, em especial ao que se refere ao capítulo de nossa história que toca a diáspora e a escravização. É importante voltar nosso olhar para trás para conhecer os eventos de nosso passado, compreendendo assim onde estamos no presente, aprendendo com nossa ancestralidade e alterando desde já nosso futuro, demonstrando a sabedoria de quem olha para trás antes de semear o futuro, como outras filosofias africanas pregam: um baobá não cresce sem raízes fortes.

Diversos movimentos afro-brasileiros incorporam o ensinamento de Sankofa, vez que cada vez é mais comum movimentos políticos que trazem elementos de África e sua ancestralidade, além da presença do respeito aos mais velhos e sua sabedoria, a eterna reverência negra às suas raízes.

Tráfico Atlântico

The background features a complex geometric design. A diagonal line from the top right to the bottom left divides the space. The upper-left area is a vibrant red, while the lower-right area is a dark, almost black red. Several horizontal and vertical bars in various shades of red and pink are overlaid on this background, creating a layered, architectural effect.

Tráfico Atlântico

Entre os séculos XVI e XIX, milhares pessoas negras foram desumanizadas ao serem capturadas e transformadas em mercadoria, através de uma atividade comercial denominada tráfico atlântico, culminando na escravidão negra, que envolveu sujeitos de três continentes: Europa, África e América, onde o Brasil teve importante participação.

Ao contrário do que alguma pessoas afirmam, nem as pessoas negras subiram nos tumbeiros - os navio negreiros - por vontade própria nem os europeus apenas estenderam a escravidão que já havia em África para as Américas. Também a escravização de pessoas em África não foi apenas uma coincidência pautada no racismo, mas uma importante base do capitalismo que envolveu o comércio atlântico entre Europa, África e Américas.

Depois do extermínio de indígenas e das crescentes dificuldades para importar mão de obra europeia de forma suficiente para o Caribe, se fez necessária mão de obra tão barata quanto para a lavoura nas vastas terras “descobertas”. No tráfico atlântico ou triangular, como estabelecido pelo historiador e líder da independência de Trinidad e Tobago Eric Williams, a Europa levava para a África as quinquilharias como espelhos e outras necessidades menores que eram trocadas por escravizados, que depois eram vendidos na América para extraírem as matérias-primas das primeiras manufaturas europeias. “Sem as riquezas da América e sem os escravos e o comércio africanos, o crescimento econômico, político e militar dos Estados europeus teria ficado limitado”, diz ele.

Mas nem só com quinquilharias eram compradas pessoas em África: uma sofisticada empresa de apresamento foi montada, em certo momento da história apresando pessoas negras sem distinção política ou moral. Essas pessoas eram lançadas em tumbeiros a vapor, em plena revolução industrial, para cruzar o oceano que as separava da terra mãe e condenava ou a morte ou a uma vida de dor e luta. Pensadores como Beatriz Nascimento registram o quanto esse marco é constituidor de nossa identidade, apontando o quanto pessoas negras da diáspora são pessoas “atlânticas”.

**Unidade
pan-africana
e internacio-
nalização
da luta
antirracista**



Unidade pan-africana e internacionalização da luta antirracista

As primeiras referências ao pan-africanismo surgem na diáspora nos escritos de Edward W. Blyden, na segunda metade do século XIX nos Estados Unidos, remetendo a um programa de unidade política e social dos povos negros em todo o mundo. Tendo como importante marco a Conferência Pan-Africana em Londres (1900), organizada por Henry S. Williams, a corrente ganha força nas primeiras décadas do século XX, tendo como principais referências as divergentes vozes de Marcus Garvey e W. E. B. Du Bois.

Espaço de discussões e disputas teórico-políticas, o movimento pan-africanista tem novo marco em 1945, com a realização do 5º Congresso Pan-Africano, realizado na Inglaterra. Marcado por um programa de forte cunho anti-imperialista, o evento contou com a participação de figuras centrais nos processos de independência africana, como Kwame Nkrumah e Jomo Kenyatta, de Gana e do Quênia, respectivamente. A aspiração internacionalista da união dos povos negros que estava presente desde Blyden toma aqui novos contornos de ação. As décadas seguintes, de 1950 a 1960, são marcadas por lutas por independência na África e Caribe, muitas das quais nomeadamente inspiradas pelos ideais pan-africanistas, demarcando o crescente movimento de internacionalização da luta anticolonial que se liga à luta antirracista.

No Brasil, que conta com organizações pan-africanistas e garveyistas em atuação desde o começo do séc. XX, um dos mais importantes teóricos e políticos vinculados ao pan-africanismo foi Abdias do Nascimento. Em sua trajetória de ativismo antirracista, Abdias manteve constante diálogo com seus pares na diáspora e África, buscando unidade internacional e valorizando as iniciativas de autodefesa aqui instauradas, com especial atenção ao quilombo.

Valores e referências afro-brasileiras



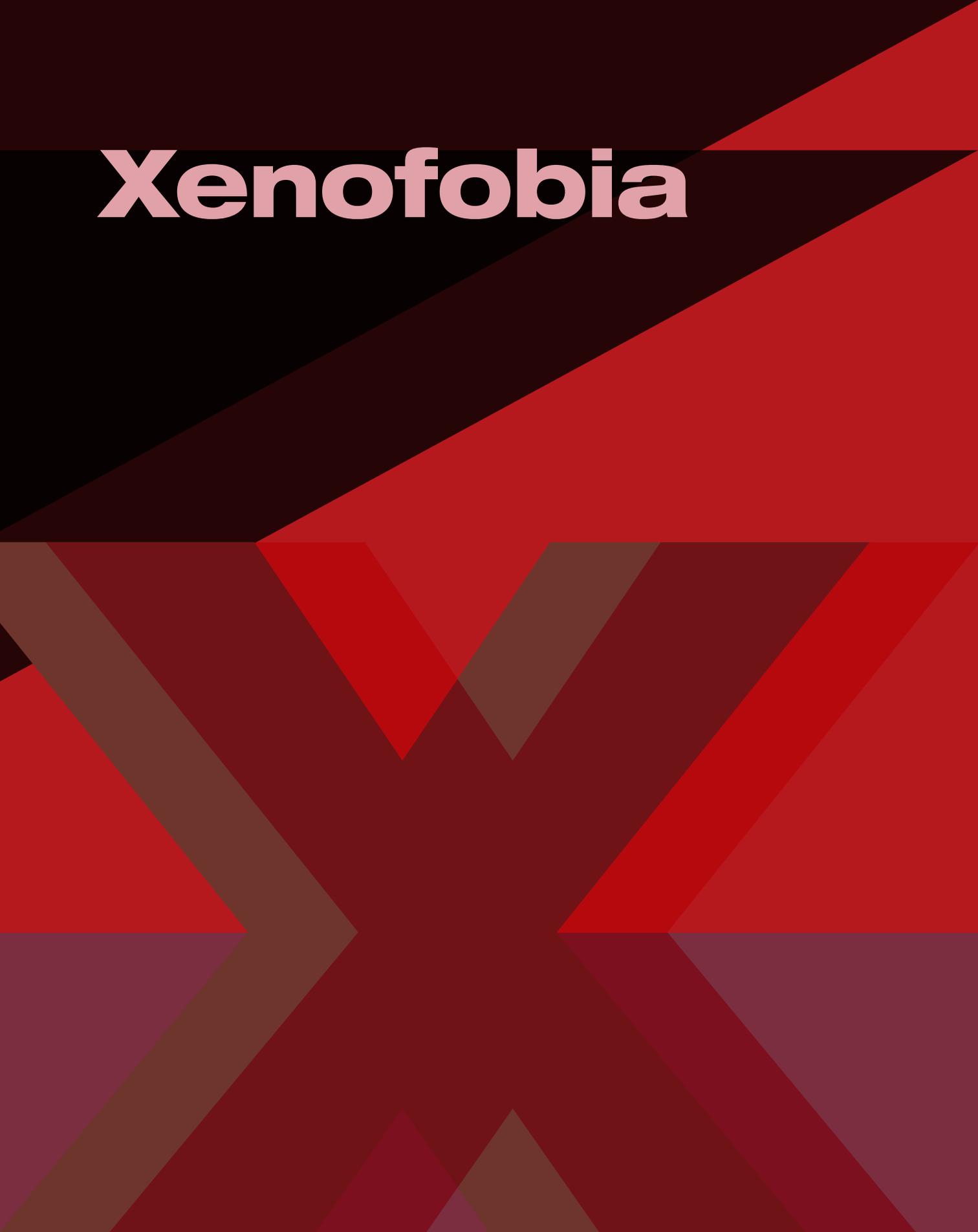
Valores e referências afro-brasileiras

Para Azoilda Loretto Trindade, assim como a diáspora espalhou pelo globo elementos culturais africanos, no Brasil os povos de África contribuíram como nossa formação através de seus valores civilizatórios, sistematizados por ela em 2005. Segundo ela, estes são “valores inscritos na nossa memória, no nosso modo de ser, na nossa música, na nossa literatura, na nossa ciência, arquitetura, gastronomia, religião, na nossa pele, no nosso coração” tornando-nos de certa ou certas formas todos afrodescendentes.

São sete os valores civilizatórios afro-brasileiros: a energia vital, a oralidade, a circularidade, a corporeidade, a musicalidade, a ludicidade e a cooperatividade, e esses valores devem ser inseridos enquanto prática antirracista desde a educação infantil.

A energia vital é o princípio do Axé, a crença de que tudo que existe possui uma energia vital, característica do animismo que move diversas crenças afro-brasileiras e lembra que tudo é sagrado. A oralidade é a marca da beleza e do compromisso através da palavra com a manutenção e perpetuação das tradições. A circularidade está presente em diversas práticas culturais e cosmológicas negras. Da capoeira ao candomblé, passando pela roda de samba, esse valor mostra a contribuição civilizatória que valoriza o compartilhamento do círculo. Arrancadas de sua terra, desde cedo pessoas escravizadas aprenderam que seu bem mais valioso era o corpo, valorizar e cuidar do corpo é uma sabedoria que deve ser mantida, assim como a musicalidade, de pessoas que cantam quando tristes para espantar a tristeza e quando felizes para comemorar, cantam para suas crianças e para suas entidades sagradas. A ludicidade, a capacidade de brincar e se divertir é também a pulsão de vida negra, o que garante que nos mantenhamos vivos a despeito das tentativas cotidianas do genocídio em curso, assim como a cooperatividade, a capacidade e crença na associação coletiva que garante que é com um cuidando do outro que o coletivo garante sua sobrevivência.

Xenophobia

The background features a large, stylized 'X' shape formed by overlapping geometric shapes in various shades of red, brown, and purple. The top portion of the image is a solid black horizontal band, which serves as a backdrop for the title text.

Xenofobia

Xenofobia é uma forma de intolerância e violência direcionada a pessoas que possuem diferentes origens geográficas, linguísticas ou étnicas. O Brasil, apesar de conhecido como cordial e receptivo, também é reconhecido como bastante preconceituoso com imigrantes.

A diáspora africana seguiu seu curso mesmo após a escravidão: o legado colonial e os diversos conflitos em que o continente mergulhou por anos gerou crises e deslocamentos de pessoas para diversas partes do mundo, incluindo o Brasil, muitas vezes escolhido inclusive por características culturais em comum. Se o racismo é uma dimensão estrutural que violenta pessoas negras, a xenofobia soma-se a ela para duplamente menosprezar a negritude imigrada para estudar ou buscar melhora de vida.

Exemplo da xenofobia brasileira é a postura de muitos em relação a pessoas haitianas, reforçada especialmente em 2010 depois de um terremoto devastar o país. Além do menosprezo direcionado a essas pessoas, alocadas em subempregos mesmo quando possuem ensino superior e especialização, elas são deliberadamente contratadas com salários menores que os de brasileiros. Denúncias de tratamento agressivo ou irregular são comuns de sul a norte do país, ainda mais por ser a área de construção civil a que mais emprega esses imigrantes. Da mesma forma, nas regiões do sul e sudeste do país o mesmo é comum com pessoas migradas de norte e nordeste. Além de enfrentarem o êxodo interno em função da seca ou questões econômicas, têm de enfrentar o preconceito nas cidades para onde migram.

Se imperam no país piadinhas e pré-conceitos com diversas etnias, no caso de imigrantes haitianos e do continente africano acrescenta-se ao já cotidiano racismo uma nova camada de xenofobia, que ajuda a perpetuar as desiguais relações raciais, dando continuidade ao projeto eugenista e discriminatório implantado em tempos de escravização de corpos negros. No caso de brasileiros de norte e nordeste, muitas vezes são sertanejos descendentes de indígenas, o que reitera também o preconceito com os povos originários.

Zumbi e outras referências

Zumbi e outras referências

Nascido brasileiro e escravizado, Zumbi tornou-se líder do Quilombo dos Palmares no fim do séc. XVII, liderando por 18 anos a mais bem-sucedida iniciativa negra de autogoverno nas Américas. Zumbi não estava só: sua companheira, Dandara, também foi importante guerreira, assim como Tereza de Benguela, no Mato Grosso, ou centenas de milhares de outras negras e negros anônimos em diversos quilombos. Negro e em luta, assim como Zumbi, Benedito Méia-Légua aterrorizou senhores de engenho com bandos de negros revolucionários no Espírito Santo. Constança de Angola, que viu seu filho ser queimado vivo, se tornou importante guerreira como as Mães de Maio, que na atualidade não descansam na vigília da violência do Estado contra os seus e outros filhos, bem como Marielle Franco, vereadora com gigante histórico de luta, assassinada em 2018. Chico da Matilde, o Dragão do Mar, paralisou um porto em Fortaleza tornando-o fechado para o tráfico de escravizados, e Madrinha Eunice vendia limões em uma barraca para financiar a primeira escola de samba de São Paulo, a Lavapés. Tebas foi um dos maiores arquitetos da cidade, mesmo escravizado, e Laudelina de Campos foi sindicalista pioneira no Brasil, a despeito de sua exploração como doméstica.

Machado de Assis, um dos maiores escritores da língua portuguesa era negro, assim como também eram Lima Barreto, um radical literato e Carolina Maria de Jesus, ex-moradora do Canindé traduzida em mais de 40 países, e tantos outros literatos e intelectuais, muitos citados nas referências desse glossário, como Abdias Nascimento.

As personalidades negras enchem páginas e páginas, e muitas delas têm em comum uma história de privações, mas uma ainda maior história de criatividade, pioneirismo e contribuição para seu povo. Nos ensinam que os obstáculos nunca são maiores que nossa capacidade de superá-los, e que a capacidade negra em aprender com o passado, com seus ancestrais e seus encantados está presente em tudo o que fazemos, demonstrando a imensa contribuição negra para a cultura brasileira. Quem constrói essa história são pessoas como Carolina, Zumbi, Marielle: ao mesmo tempo comuns e heroicas, como todos nós, sobreviventes e opositores ao racismo.

Referências bibliográficas

Referências bibliográficas

Antirracismo

GUIMARÃES, Antonio Sergio A. Racismo e Antirracismo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora 34.

Branquitude

CARDOSO, Lourenço. Retrato do branco racista e anti-racista. *Reflexão e Ação*, v. 18, n. 1, 2010.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 2002. Tese de Doutorado.

Consciência negra

BIKO, Steve. *Escrevo o que eu quero*. São Paulo: Ática, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e cultura Afro-Brasileira. Brasília: MEC, 2004.

Díáspora Africana

HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. BH: UFMG, 2003.

Estética Negra

SILVA, Dilma de Melo; CALAÇA, Maria Cecília. *Arte africana e afro-brasileira*. SP: Terceira Margem, 2006.

Falsa abolição

VIOTTI DA COSTA, Emília. *A abolição*. São Paulo: Unesp, 2012.

Genocídio do povo negro

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

Hip hop

PISKOR, Ed. Hip Hop Genealogia. Vol I e II. São Paulo: Veneta.

Interseccionalidade

CREENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos Feministas, ano 10, n. 1/2002, pp. 171-188.

HILL COLLINS, Patricia; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. São Paulo: Boitempo, 2021.

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

Jongo, capoeira e outras heranças

OLIVEIRA, J.P. Capoeira, identidade e gênero: ensaios sobre a história social da Capoeira no Brasil. Salvador: Edufba, 2009.

Ketu, Bantu e tantas matrizes

MUNANGA, Kabengele. Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações. São Paulo: Global, 2009.

Lugar de fala

SPIVAK, Gayatri. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: UFMG, 2010.

Movimento Negro

DOMINGUES, P. J. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. África: Revista do Centro de Estudos Africanos, São Paulo, v. 26, pp. 193-210.

Negro, Preto, Mulato

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Autêntica, 2019.

PETRUCCELLI, José Luis. A cor denominada. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

Oralidade

BÂ, Hampaté Amadou. A tradição viva. In: História Geral da África. Brasília: UNESCO, 2010.

Políticas Afirmativas

MIRANDA, Shirley Aparecida de. Diversidade e ações afirmativas: combatendo as desigualdades sociais, Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

Quilombagem

MOURA, Clóvis. A quilombagem como expressão de protesto radical. In: Os Quilombos na dinâmica social do Brasil. Maceió: Edufal

Racismo Estrutural

DE ALMEIDA, Sílvio Luiz. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018

Sankofa

REVISTA THOTH. Volume 1, Janeiro/Abril 1997, p. 199

Tráfico Atlântico

WILLIAMS, Eric. Capitalismo e Escravidão. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Unidade pan-africana e internacionalização da luta antirracista

NASCIMENTO, Abdias. O quilombismo. Editora Perspectiva SA, 2020.

ADI, Hakim; NETO, M. S. Pan-Africanismo & Internacionalismo em 1945: “O trabalhador de pele branca não pode emancipar-se onde o trabalhador de pele negra é marcado com ferro em brasa”. Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, 2020.

Valores e referências afro-brasileiros

TRINDADE, Azoilda Loretto. Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros na Educação Infantil. In: Revista Valores Afro-brasileiros na Educação. 2005.

Xenofobia

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz. Xenofobia: medo e rejeição ao estrangeiro. São Paulo: Cortez, 2016.

Zumbi e outras referências

GOMES, Flávio dos Santos; LAURIANO, Jaime; SCHWARCZ, Lilia Moritz. Enciclopédia Negra. São Paulo: Cia das Letras, 2021.

Realização

Sesc Florêncio de Abreu

Desenvolvimento de conteúdo

Coletivo História da Disputa: Disputa da História

SESC FLORÊNCIO DE ABREU

Gerente

José Carlos Monteiro

Gerente Adjunto

Cléber Blanco

Coordenador de Programação

Luis Claudio De Oliveira Tocchio (Kao Tokio)

Coordenador de Comunicação

Ivan da Hora

Coordenador Administrativo

Walter Gomes Da Silva

Coordenadora de Serviços

Ana Cristina de Barros

Coordenador de Infraestrutura

Daniel Borges

Coordenador de Odontologia

Gustavo Fizei Zeferino

Equipe

Fernanda Sampaio

Geraldo Cruz

Thereza Almeida

História da Disputa: Disputa da História é um projeto de historiadoras dedicado à pesquisa, produção e difusão de conteúdo historiográfico orientado a partir da História dos vencidos, ou seja, a partir de documentos, testemunhos, memórias e dinâmicas produzidas por atores sociais geralmente ignorados pela História tradicional.

Para isso, a metodologia inclui a ocupação dos espaços públicos para propor um debate com as pessoas que abarque seus conhecimentos e experiências afetivas, buscando, através dessa partilha, interferir ativamente nos usos e construções desses espaços e disputar a narrativa hegemônica que os define.

DIASPORA
AFRICANA
QUILOMBAGEM
ZUMBI
CONSCIENTIZAÇÃO
NEGÓCIOS
GENOCÍDIO
INTERSECCIONALIDADE
SANKOFA
AFRO-BRASILEIRA
JONGO, CAPOEIRA E OUTRAS HERANÇAS
LUTA ANTIRRACISTA



Sesc Florêncio de Abreu
sescsp.org.br/florenciodeabreu

 /sescflorencio

 /sescflorencio

 /sescflorencio

 /sescflorencio